

# Para a História das Relações entre Macau e Timor (Séculos XVI-XX)

IVO CARNEIRO DE SOUSA\*

No último quarto de século, as ligações entre Macau e a parte oriental de Timor foram tão intensas como marcadas pela solidariedade. Os acontecimentos políticos sobejamente conhecidos que adiaram até 2001 a refundação da independência de Timor-Leste obrigaram muitos timorenses a encontrar refúgio em Macau, sendo acolhidos por um continuado apoio que se vazou nas mais diversas manifestações públicas dos meios oficiais e, sobretudo, da sociedade civil. Apesar destas comunicações intensas, o conhecimento da história demorada das relações entre Macau e Timor continua a ser um tema de estudo largamente por desenvolver.

Jovem piloto e cartógrafo português que integrou a primeira viagem de reconhecimento das ligações marítimas entre Malaca e as Molucas, em 1511 e 1512, sob a direcção de António de Abreu e Francisco Serrão, Francisco Rodrigues é responsável pela organização de um importante manuscrito oferecendo um “livro de marinharia”, casando alguns breves textos e roteiros náuticos com uma colecção de mapas formando o primeiro atlas moderno europeu e uma relação de desenhos de vistas das ilhas indonésias entre Alor e Java<sup>1</sup>. Apesar de ter navegado incompleto, certamente em 1515, de Cochim para, em Lisboa, alimentar a curiosidade do rei de Portugal, D. Manuel, a obra manuscrita de Francisco Rodrigues reuniu várias páginas de cartas

identificando diferentes espaços do Sudeste Asiático e regiões costeiras do Sul da China em torno da grande cidade de Cantão. Numa destas manuscritas páginas descobre-se uma representação cartográfica da Indonésia Oriental que, alargando-se entre as Sundas Menores e as Molucas, inclui também a primeira representação cartográfica europeia da ilha de Timor e de algumas outras ilhas vizinhas. Enquanto a parte oriental das Flores e a pequena ilha de Solor aparecem desenhadas como um espaço único, tanto a posição geográfica quanto o itinerário de navegação para Timor reproduzem-se com espantoso rigor, esclarecendo que a ilha era não apenas conhecida, como atraía também uma frequência comercial regional significativa. Por isso, na sua identificação também mercantil deste mundo oriental, vazando-se em legendas indicando sumariamente as principais produções locais com interesse comercial, o jovem piloto português debuxou um espaço insular não completamente encerrado que intitulou “a ilha de Timor onde nasce o sândalo”<sup>2</sup>.

Estes sândalos brancos e amarelos eram produtos sumptuários de plurissecular demanda no mundo asiático, sendo utilizados quer como “incenso” e perfume quer para diferentes usos medicinais, concretizando escambos extremamente lucrativos em direcção aos mercados da China e da Índia<sup>3</sup>. As referências documentadas ao comércio do sândalo remontam pelo menos ao século IV a.C., acompanhando até a difusão do hinduísmo e do budismo promovida por muitos mercadores e missionários em circulação pelo Sudeste Asiático, descobrindo mesmo estas culturas religiosas na forte fragrância da combustão do sândalo um instrumento votivo capaz de apoiar diferentes práticas devocionais e, sobretudo, funerárias. Na China, de resto, o sândalo era não apenas manipulado em manifestações religiosas, mas convocava-se igualmente em muitas

\* Doutor em Cultura Portuguesa e Agregado em História. Professor Visitante do Instituto de Estudos Europeus de Macau. Investigador-coordenador do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (CEPESA). Actualmente é bolseiro do Instituto Cultural do Governo da RAEM.

*Ph.D. in Portuguese Culture and Aggregate Lecturer in History. Guest Professor at the Institute of European Studies of Macao. Researcher-Coordinator of the Portuguese Centre of Studies on Southeast Asia (CEPESA). Current recipient of a Research Scholarship from the Cultural Affairs Bureau of the Macao S.A.R. Government.*

## RELAÇÕES HISTÓRICAS MACAU – TIMOR-LESTE

cerimónias públicas imperiais que, incluindo as grandes cerimónias mortuárias de aparato, visitavam também o produto com uma dimensão elevada e oficial. Ao mesmo tempo, são numerosas as receitas medicinais desenvolvidas pela farmacologia e ervanárias “orientais” que aproveitavam as características adstringentes e tónicas do sândalo: misturado com leite, por exemplo, o sândalo oferecia um remédio muito procurado para curar as febres altas e a gonorreia, enquanto bebido em pó diluído em água se acreditava poder fortalecer o ritmo cardíaco. Parece terem sido precisamente estas aplicações farmacológicas que transportaram fragmentariamente o sândalo para os espaços europeus das grandes cortes, espaços monásticos e meios altinobiliários dos finais da Idade Média e do Renascimento que, beneficiando da intermediação mercantil das grandes cidades comerciais italianas, com Veneza à cabeça, encontravam na mistura de pó de sândalo com água-de-rosas um meio para aliviar dores de cabeça, febres elevadas e fortalecer o coração. Esta constelação de aplicações tornava o sândalo um produto de enorme interesse comercial, mas para aumentar ainda mais o seu tráfico asiático, estamentos sociais indianos das castas médias e superiores trataram de encontrar no sândalo um dos seus principais perfumes corporais. Desde os séculos V-VI divulga-se documentadamente esta utilização entre os meios sociais mais elevados e as cortes indianas, misturando o sândalo em pó com água até formar uma massa usada para cobrir e perfumar o corpo, combinando a qualidade da sua fragrância às suas características adstringentes colaborando, duplamente, para refrescar e defender a actividade corporal das agressões impostas pelos climas quentes e húmidos dos trópicos asiáticos.

Comércio sumptuário e lucrativo, o trato do sândalo havia despertado o interesse de comerciantes e aventureiros chineses, pelo menos a partir do século XII<sup>4</sup>. Juncos das cidades portuárias do Sul da China navegaram para Timor em busca do precioso sândalo branco com alguma regularidade até aos princípios do século XIV, passando na centúria seguinte a assegurar os escambos através da intermediação do sultanato de Malaca que era formalmente um estado vassalo do grande Império do Meio. Após a dura conquista da cidade malaia pelo contingente português, liderado por Afonso de Albuquerque, rapidamente se procedeu à inventariação das comunicações mercantis regionais que se podem acompanhar com criteriosas vantagens nessa obra célebre que é a *Suma Oriental* do boticário Tomé Pires<sup>5</sup>, fixando

as primeiras informações detalhadas sobre os espaços insulares organizados em torno da noção de Timor e dos seus tratos do sândalo. Informações a complementar pelas notícias recolhidas por Duarte Barbosa no seu livro manuscrito sem título, mas habitualmente referenciado como *Livro do que viu e ouviu no Oriente*, sublinhando a utilização do sândalo nos meios cortesãos indianos quando o seu texto se maravilha com as “mil mulheres” que, circulando na corte do samorim de Calecute, se apresentavam “muito bem ataviadas de muitos colares de pedrarias, assim muitas contas de ouro de muito subtil obra e manilhas de ouro em pernas e muitos braceletes de ouro, com muitos anéis, muito ricamente vestidas, da cinta para baixo, de muito ricos panos de seda e, da cinta para cima, nuas, como sempre andam, untadas de sândalo e com outras coisas muito cheirosas.”<sup>6</sup>

Antes mesmo da intervenção comercial portuguesa directa, o trato do sândalo branco de Timor tinha já especializado uma organização económica e social local importante. O comércio era feito a partir de numerosos pequenos “centros” timorenses, normalmente locais abertos, no litoral, junto a espaços abrigados de amarração de pequenas embarcações<sup>7</sup>. Descobriam-se espaços dirigidos por um chefe local – “régulo” (*liurai*) ou “nobre” (*dato*) –, que orientava as trocas entre o seu território e os comerciantes estrangeiros, funcionando mais como intermediário do que como produtor. A acreditarmos no “manual comercial” chinês *Xing Cha Sheng Lan* 星槎胜览 (Vista Maravilhosa de Xingcha), organizado em torno de 1436, arrolavam-se em território timorense 12 desses “centros” de trocas liderados por um dignitário local. Quando os comerciantes estrangeiros chegavam a estes locais, seguindo a descrição do tratado sínico, eram as mulheres que subiam aos barcos para comerciar e “infectavam” com os seus “desejos secretos” os mercadores chineses. Quase 100 anos depois, em 1522, o fiel companheiro de Fernão de Magalhães na sua grande viagem transoceânica, o viajante e cronista italiano Antonio Pigafetta descrevia também no seu relato da grande aventura marítima um destes espaços de trato de sândalo, assinalando exagerada e, talvez, propositadamente que Timor era a ilha mais contaminada por doenças venéreas que alguma vez conhecera, designando os seus habitantes o mal por *franchi* ou “doença portuguesa”<sup>8</sup>. Em rigor, estas descrições tanto de textos chineses como da crónica pigafetteana permitem sugerir a estruturação de espaços de escambos

## MACAO – EAST TIMOR HISTORIC RELATIONS

afastados das aldeias interiores, frequentados por um chefe “linhageiro” e a sua família extensa, concubinas e escravos, gerando uma negociação mercantil que incluía dádivas sexuais femininas, preparando um intercâmbio de “presentes”, culminando na troca de troncos de sândalo por têxteis e produtos manufacturados, sobretudo metalúrgicos. Seja como for, todas as pequenas e mais demoradas descrições quinhentistas portuguesas conhecidas são praticamente unânimes em considerar o sândalo branco de Timor de grande qualidade e abundantíssimo, sublinhando várias utilizações locais como, entre outras, o costume entre festas e cultos de se fazerem grandes fogueiras com as árvores, libertando intenso cheiro que provocava doenças e “transes” colectivos.

O comércio do sândalo timorense começa a mobilizar tanto agentes oficiais como mercadores privados portugueses desde 1515 ou 1516, passando a incluir uma escala na ilha de Timor no interior dos tratos mercantis realizados na Indonésia Oriental e centrados nas famosas “ilhas das especiarias” remetendo para as Molucas. Apesar desta comunicação comercial ter visitado durante o século XVI vários espaços do norte de Timor, a frequência mercantil portuguesa optou por instalar bases provisórias numa pequena ilha próxima do território insular timorense, Solor. Oferecendo locais de apertamento favoráveis e rica numa espécie de salitre que os portugueses utilizavam para fabricar pólvora, Solor não viria a conhecer a construção de qualquer instalação e fixação territoriais antes da década de 1550. Nesta altura, em 1558, são criadas as dioceses de Cochim e Malaca, sendo provido nesta última o dominicano frei Jorge de Santa Luzia que, desde pelo menos 1561, haveria de entregar quase oficialmente à Ordem dos Pregadores a evangelização e circulação religiosas em Timor e ilhas adjacentes<sup>9</sup>. Aos dominicanos caberia erguer a primeira fortaleza portuguesa na ilha de Solor e especializar as primeiras instituições coloniais através da nomeação do próprio capitão da fortaleza. Esta presença de uma capitania em Solor prolonga-se até finais do século XVI quando a presença portuguesa e luso-asiática na região começa a privilegiar instalar-se em algumas áreas das Flores, como Larantuca, e em espaços do norte de Timor, como Lifau, mas em período cruzado pela circulação de uma activa concorrência holandesa que foi capaz de levantar em Kupang, desde 1651, uma presença demorada na região ocidental do território timorense. No entanto, dentro da ordem imposta por esta

cronologia, Macau apresentava-se também já como um interessado protagonista nos tratos e na preservação de interesses portugueses públicos e privados em Timor.

## RELAÇÕES POLÍTICAS, INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVAS

Desde o ocaso do século XVI, as ligações entre Timor e Macau começam por procurar enquadrar formas de comunicação comercial, mobilizando as entidades políticas que, no contexto do chamado “Estado da Índia”, organizavam com investimentos muito diferentes os espaços progressivamente mais institucionalizados do enclave português no delta do rio das Pérolas em contraste com a simplicidade orgânica da capitania de Solor e Timor. Originalmente criada por essas iniciativas das missões dominicanas em ligação com os interesses de um comércio centrado no sândalo e no trato escravagista, esta capitania longínqua não concretizou ligações políticas e administrativas coloniais a Macau anteriores à formalização do monopólio macaense do comércio timorense do sândalo. Significativamente, porém, o primeiro governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor, António Coelho Guerreiro (1702-1705), instalado em Lifau, tomou posse em Macau, em Junho de 1701, aqui reunindo cerca de 100 soldados, equipamento militar e 200 picos de arroz<sup>10</sup>. No entanto, em termos políticos formais, Timor e as suas ilhas adjacentes permaneceram governadas pelas autoridades coloniais sediadas em Goa que, apesar de perderem à roda de 1790 as viagens marítimas directas com a colónia, somente quase meio século depois consentiram em entregar a jurisdição do território a Macau. De qualquer modo, as instituições políticas superiores do “Estado da Índia”, centradas no governo e tribunais dirigidos por um vice-rei ou governador, foram reconhecendo a crescente importância das comunicações comerciais directas entre Macau e Timor, reflectidas em muitos documentos oficiais. É o que se pode testemunhar, entre muitas outras, nas instruções dadas por D. Frederico Guilherme de Sousa ao governador de Timor e Solor, João Baptista Vieira Godinho (1785-1788), autorizando a deslocação anual de uma embarcação a Macau, depois do navio do monopólio mercantil macaense ter assegurado a ligação à colónia, movimento que, dada praticamente a inexistência de meios náuticos no território timorense controlado pelos portugueses, remete para os trânsitos marítimos comerciais que distribuíam

## RELAÇÕES HISTÓRICAS MACAU – TIMOR-LESTE

= 1689 =

Termo feito em Baya de Vereação, sobre a abertura  
da Pauta dos Navios p.<sup>as</sup> as Ilhas de Solor, e Timor.

Aos vinte e seis dias do mes de Setembro de 1689 anno, nesta Cid.<sup>de</sup> de Macau da Ilha de Timor, na Baya de Vereação, estando com Baya de Vereação os Officiaes, q.<sup>as</sup> no d.<sup>o</sup> anno fizeem, e Servid.<sup>es</sup> desta Cid.<sup>de</sup> José Gomes, apprehentou no d.<sup>o</sup> Baya hum Alvaro propado pelo Gov.<sup>o</sup> do Estado da Índia, D. Rodrigo da Costa, pelo qual foi feydo desfer a forma da como se havia de abrir as cinco Pautas, q.<sup>as</sup> d.<sup>o</sup> d.<sup>o</sup> servid.<sup>es</sup> servidas do Navio, q.<sup>as</sup> desta Cid.<sup>de</sup> hão de fazer viagens p.<sup>as</sup> as Ilhas de Timor, e Solor, a qual Alvaro foi logo requereido, e entregue ao Govern.<sup>o</sup> da Ilha de S. Thomé, a cujo poder e servid.<sup>es</sup> o Gov.<sup>o</sup> do Estado da Índia, juntand.<sup>o</sup> com cinco Pautas feydas. = Item assim apprehentou o d.<sup>o</sup> d.<sup>o</sup> humo das d.<sup>as</sup> cinco Pautas, q.<sup>as</sup> d.<sup>o</sup> d.<sup>o</sup> guardias do Navio em viagem, sellada com tres sellos, a qual Pauta foi logo aberta em Baya p.<sup>as</sup> meu Des.<sup>de</sup> de Vereação abeira oromada, e se achou nella q.<sup>as</sup> de p.<sup>as</sup> de S. Thomé do Estado da Índia, q.<sup>as</sup> o Navio de João Garcia de Luaces, e de S. Thomé Navio de Carvalho, e José Viuro de Silveira, ambos os d.<sup>os</sup> dois Navios fizeem viagens neste d.<sup>o</sup> anno p.<sup>as</sup> as Ilhas de Timor, e Solor, e por q.<sup>as</sup> se p.<sup>as</sup> de ache fora desta Cid.<sup>de</sup> e Navio de João Garcia de Luaces, q.<sup>as</sup> ter fizeo viagens ao Reino de Cochinchina, q.<sup>as</sup> o d.<sup>o</sup> d.<sup>o</sup> e Servid.<sup>es</sup> desta Baya de Vereação a que fizeo levar o Cathedral da Cid.<sup>de</sup> de S. Thomé q.<sup>as</sup> terha enviado a esta Cid.<sup>de</sup> no Navio no anno passado: Appontarao os d.<sup>os</sup> Officiaes uniformem.<sup>te</sup>, q.<sup>as</sup> visto as d.<sup>as</sup> estas na terra o Navio de João Garcia de Luaces p.<sup>as</sup> conseguir ad.<sup>o</sup> d.<sup>o</sup> d.<sup>o</sup> d.<sup>o</sup> de Timor, e Solor, conforme a linha destenada o Gov.<sup>o</sup> do Estado da Índia, e não se bastante a Navio de S. Thomé Navio de Carvalho, e José Viuro de Silveira, q.<sup>as</sup> accomodas nella terra o interressado nas viagens dos d.<sup>os</sup> Ilhas; porneceao o Navio de João Garcia de Luaces de Solor de Siquim no p.<sup>as</sup> se supriu a falta do Navio de João Garcia de Luaces, a q.<sup>as</sup> q.<sup>as</sup> esta d.<sup>o</sup> d.<sup>o</sup> fizeo ser remediad conforme o Gov.<sup>o</sup> do Estado da Índia e tem destenad, com fizeo p.<sup>as</sup> de da que q.<sup>as</sup> com as viagens ad.<sup>o</sup> Navio de Solor de Siquim p.<sup>as</sup> ad.<sup>o</sup> Ilhas de Timor, e Solor, a ira fazer em seu lugar o Navio de João Garcia de Luaces. E de como assim e appontarao, de S. Thomé Tragoze Affonso, a Cid.<sup>de</sup> de Vereação desta d.<sup>o</sup> Cid.<sup>de</sup> fer este termo, em q.<sup>as</sup> se appontarao os feydo ditos Officiaes, e os servid.<sup>es</sup>. = João Garcia de Luaces = Francisco Navio de Carvalho = José da Cunha de Lacerda = Gonçallo da Costa = João Gomes de Siquim = José Gomes.

Feydo conforme = José João de Barros  
Des.<sup>de</sup> de Vereação.

Termo feito em Meza de Vereação, sobre a abertura da Pauta dos Navios p.<sup>as</sup> as Ilhas de Solor, e Timor. Livro de Termos dos Conselhos Gerais do Real Senado de 4/9/1685 a 15/11/1709 (Arquivo Histórico de Macau).

## MACAO – EAST TIMOR HISTORIC RELATIONS

os tratos de Java e Sulawesi regularmente nos mares do Sul da China<sup>11</sup>.

Esta situação administrativa colonial de dependência das autoridades de Goa tende a alterar-se com o advento do liberalismo, pese embora os seus diferentes ecos políticos nesses afastados enclaves coloniais do Extremo Oriente. A revolução liberal de 1820 foi mesmo aproveitada por algumas das mais poderosas autoridades de Macau para procurarem libertar-se de algumas das responsabilidades económicas e financeiras anteriormente assumidas, mas nem sempre rigorosamente cumpridas, em direcção a Timor. Um afastamento que não podia ser permitido pelo governo central, entre Goa e Lisboa, reforçado localmente com a intervenção dessa figura de poder incontornável das primeiras décadas de Oitocentos que é o ouvidor Miguel de Arriaga. Conservador e autoritário, largamente afastado dos ideários do liberalismo, movendo-se activamente em muitos dos diferentes lucrativos contrabandos que passavam pelo território de presença portuguesa na China, Arriaga defendia o reforço da comunicação colonial entre Macau e Timor, apesar das suas propostas acerca do tema do desenvolvimento da colónia se vazarem num mercantilismo utópico, procurando especializar a sua dimensão de periferia agrícola regional<sup>12</sup>.

A partir de 1836, o governo de Solor e Timor passa a ficar totalmente dependente das autoridades de Macau, mas ainda no contexto administrativo do chamado “Estado da Índia”. Ao mesmo tempo, entre 1822 e 1843, Macau e Timor estavam também representados conjuntamente no Parlamento de Lisboa por um deputado. Em seguida, um decreto publicado a 20 de Setembro de 1844 criava a “Província de Macau, Solor e Timor”, passando estes territórios a ser independentes do “Estado da Índia”. A sede do governo ficava em Macau, tendo o arquipélago nas Pequenas Sundas um governador subalterno residente em Díli. Formalmente, o governo de Macau estava obrigado a contribuir para o orçamento timorense com uma subvenção anual, encargos militares e de saúde, mas os comerciantes locais mobilizavam-se muito pouco para animar intercâmbios comerciais e sustentar estas obrigações financeiras. Neste ano, o círculo eleitoral foi igualmente dividido em duas circunscções, permitindo passar a eleger dois deputados geralmente controlados pelas elites macaenses. Estas transformações não parece terem suscitado entusiasmos políticos coloniais significativos, concluindo o famoso

governador timorense Afonso de Castro que Timor tinha apenas passado a corresponder-se com as autoridades de Macau em vez das de Goa sem renovadas consequências para o seu fomento económico<sup>13</sup>. Talvez isto ajude a explicar a demorada instabilidade subsequente na definição da administração colonial de Timor que, em 1850, com a nomeação para governador do conselheiro José Joaquim Lopes de Lima se torna novamente independente de Macau, sobretudo devido aos amplos poderes então estabelecidos para a negociação com os holandeses das fronteiras do território<sup>14</sup>.

Em 1856, a direcção colonial de Timor volta ao “Estado da Índia” até à reforma administrativa que, em 1863, decide a desintegração, elevando Díli a cidade e sede de governo, constituindo um Conselho de Guerra e uma Junta da Fazenda próprios para o território. De qualquer forma, em 1866, a colónia de Timor volta a estar subordinada a Macau, formando parte do que se designava por “Província de Macau e Timor”. Uma decisão política que não foi aceite pacificamente pelo Leal Senado, sobrando em conflitos entre o governo de Macau e Timor o que escasseava em comunicação comercial e interesses económicos. Neste período, passa a sair também dos efectivos militares de Macau a parte principal do contingente mobilizado para servir dois anos em Timor, situação onerosa que se foi mantendo até às guerras de pacificação do território nas primeiras décadas do século passado. Finalmente, em 1896, Timor era desanexado de Macau passando a ser um “Distrito Autónomo” directamente ligado à metrópole. A implantação da República reforçou esta autonomia, apesar das graves revoltas de Manufahi, entre 1911 e 1912, reprimidas com o apoio da canhoneira *Pátria*, vinda de Macau, e a mobilização de uma companhia de Moçambique<sup>15</sup>. A partir daqui, organiza-se uma situação política de dependência colonial portuguesa que, apesar da variedade de contextos legais e titulações administrativas, se viria a manter até ao final de 1975, quando se concretiza a conhecida ocupação militar indonésia de um território que na altura tinha vivido um conturbado processo de descolonização, obrigando alguns movimentos políticos populares a declarar mesmo unilateralmente a independência. Por isso, não deixe de se referenciar brevemente que muitos habitantes, associações e movimentos de Macau mantiveram generosamente um largo apoio político e cultural ao processo de resistência timorense, acolhendo também uma significativa comunidade de refugiados de Timor

## RELAÇÕES HISTÓRICAS MACAU – TIMOR-LESTE

que, dos sacerdotes aos estudantes, passando por advogados ou quadros políticos, teve uma importância significativa no desenvolvimento das condições de solidariedade internacional que ajudaram a construir a independência da jovem nação que agora se intitula República Democrática de Timor-Leste<sup>16</sup>.

### RELAÇÕES COMERCIAIS

Perspectivando a estrutura das relações estabelecidas entre Macau e Timor nos campos económicos, comerciais e sociais, destaque-se que, inicialmente, é outra vez a grande qualidade do sândalo branco timorense o principal factor a atrair o interesse dos comerciantes macaenses, em especial depois da perda dos rendimentos elevados do comércio do Japão. Datando de 1634, descobre-se documentação que permite explicitar que os comerciantes de Macau procuravam o sândalo timorense através da fervilhante via mercantil de Macaçar, espaço reunindo o interesse de muitos comerciantes portugueses<sup>17</sup>. A preciosa madeira “perfumada” de Timor era também complementada por um significativo tráfico de escravos que eram depois vendidos em Macau, chegando mesmo a encontrar-se nos célebres mártires da embaixada portuguesa a Nagasáqui, em 1640, um escravo timorense de 16 anos de nome Alberto, acompanhado ainda por um outro escravo de 40 anos, um António natural de Solor, ambos propriedade de comerciantes portugueses baseados em Macau<sup>18</sup>.

Após as conquistas holandesas de Malaca, em 1641, e de Macaçar, em 1667, os comerciantes de Macau passaram a fazer o comércio do sândalo de Timor em regime de monopólio que, organizado desde 1689, apesar de várias concorrências regionais e privadas, apenas cessou formalmente em 1785. A Fazenda Real, o Leal Senado, a Misericórdia ou vários comerciantes privados foram exercendo este monopólio, duplamente favorecido por uma tributação relativamente baixa e pelo escoamento do sândalo para Batávia através de Cantão, também em regime monopolístico. A viagem anual de Macau para Timor passaria a ser conhecida pelo “barco das vias”, mas, com alguma frequência, os comerciantes macaenses não demonstravam interesse comercial especial nesta comunicação que tanto se interrompia vários anos como enviava para Díli uma embarcação sem quaisquer mercadorias. Sempre que a viagem se cumpria, os comerciantes de Macau exportavam têxteis, metalurgias,

ouro fino e arroz comprado em Batávia contra carregamentos de sândalo, escravos, carapaças de tartaruga, mel e alguns outros produtos menores recolhidos nos portos de Citrana, Lifau, Díli, Hera e Toleção na costa norte de Timor.

Tentando melhorar as condições de atracção comercial deste monopólio, em 1689, o Leal Senado emitiu licenças autorizando que mercadores chineses pudessem enviar barcos e fretes directamente para Batávia, Timor ou Solor, permitindo-se através de um sistema de pautas de navio alargar o interesse regional deste trato. Cada barco carregava entre 1800 a 2000 picos de sândalo, escalando em Malaca, Madura, Bali, Larantuca e outros portos das ilhas indonésias, para além de estruturar uma ligação entre Batávia e Timor que permitia abastecer as guarnições portuguesas e de mestiços de Lifau<sup>19</sup>. Quando se mobilizavam alguns capitais para esta comunicação comercial era a moeda de prata espanhola ou os florins holandeses que se preferia manejar em função da sua circulação entre os mares do Sul da China e o Sudeste Asiático. A partir de 1695, durante quase uma centúria, o Leal Senado responsabilizou-se pela concretização do monopólio, organizando um sistema de dois ou três barcos que saíam de Macau directamente ou através de Batávia para Timor. Um terço do espaço comercial era então reservado ao proprietário do navio e os dois restantes distribuídos entre cidadãos privados e instituições de Macau, desde o capitão-geral às viúvas e aos órfãos representados pela Santa Casa.

O interesse económico do comércio do sândalo viria, porém, a diminuir nas décadas finais do século XVIII quando se esgota grande parte das reservas naturais de Timor e aparecem novos centros para a sua recolha, da África Oriental à Nova Guiné, chegando mesmo os comerciantes holandeses da VOC, em 1752, a abandonar o monopólio que exerciam no comércio do sândalo de Kupang, permitindo a entrada de outros comerciantes, o que deixaria o trato nas mãos de negociantes chineses. Nos derradeiros anos de Setecentos e princípios da centúria seguinte, existiriam já espalhadas pela ilha de Timor umas 300 famílias chinesas, sobretudo oriundas de Macau, dominando o comércio externo tanto do sândalo que, por Macaçar, se dirigia à China como o trato da cera que se vendia em Java para servir as indústrias locais do *batik*. Em consequência destas alterações económicas, o volume comercial entre as duas colónias portuguesas passa a ser bastante limitado, assegurando

## MACAO – EAST TIMOR HISTORIC RELATIONS

as viagens marítimas sobretudo a circulação de soldados e alguns administradores, valores, papéis oficiais e o movimento dos degredados, para além de provisionar as comunidades de comerciantes chineses de Macau em Díli e Kupang. Por isso, a partir do governo de João Baptista Vieira Godinho (1785-1788), a administração colonial timorense procura libertar-se do monopólio do sândalo apropriado por Macau, defendendo um comércio livre entre Díli e Goa<sup>20</sup>. Não admira neste contexto que, em 1790, a Casa de Comércio da Nação Arménia, estabelecida corria quase meio século em Macau, representada por Wartan Casper, residente em Batávia, fizesse chegar ao Ministro dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, a pretensão de estabelecer uma casa de negócio em Díli<sup>21</sup>. A proposta tratava de assegurar a regularidade anual da carga comercial do “barco das vias” com passagem por Batávia, ao mesmo tempo que poderia permitir afastar os comerciantes de Macaçar e outros estrangeiros do comércio de Timor, alargando ainda uma maior participação de Macau no comércio do sândalo que rumava para a China. As condições oferecidas mostravam-se, porém, politicamente inaceitáveis, visto incluírem a nomeação de um governador pela “Casa de Comércio” durante seis anos, a colocação de um ouvidor capaz de garantir os seus interesses, a que se somava ainda a concessão de autorização para um navio de bandeira portuguesa transportar produtos do Surrate para Timor.

No campo das finanças coloniais é em 15 de Outubro de 1896 que a colónia de Timor passa a contar com um subsídio de Macau de 60 000 patacas, renovado em 1909<sup>22</sup>. O território timorense apresentava um défice orçamental recorrente, elevando-se a 102 000 mil réis entre 1904-1905, vendo-se Macau obrigado a suportar as perdas. Equilibrando estas dificuldades, instalado em Macau desde 1901, o Banco Nacional Ultramarino passaria também a sediar-se em Timor, ajudando as finanças locais e começando a conceder os primeiros créditos ao fomento agrícola. A agência do BNU em Díli apoiava mesmo a importação pelos mercadores chineses de Macau de notas e cédulas bancárias emitidas por bancos da China, decidindo a partir de 1920 adoptar a pataca na circulação monetária da colónia. A impopularidade dos recursos financeiros mobilizados continuamente de Macau para Timor vai-se dissolvendo à medida que a metrópole começa a subsidiar directamente o orçamento da colónia, situação que se aprofunda depois da ocupação japonesa de toda a ilha

timorense. Seja como for, em termos gerais, os patriciados de comerciantes de Macau foram progressivamente considerando o financiamento de Timor um fardo indesejável, entendimento que se foi tornando politicamente dominante com o esgotamento dos interesses gerados pelo trato do sândalo que, nos finais do século XVIII, não eram compensados com o tráfico de escravos e de matérias-primas locais. A comunicação entre Macau e Timor foi nesta altura largamente preservada pelo peso das comunidades chinesas macaenses que se haviam instalado nas principais cidades timorenses, bem como por esses escravos que foram sendo cristianizados, servindo instituições importantes como a Misericórdia de Macau. Muito mal estudados, deixando também pela sua condição social inferior escassas pistas documentais, estes grupos de escravos timorenses podem estar na origem desta tradição de solidariedade ainda tão viva na sociedade macaense dirigindo para os emigrantes e refugiados de Timor uma especial atenção social.

Em termos sociais e demográficos, a principal contribuição dada por Macau à colónia de Timor foi, de facto, a emigração de comerciantes e mão-de-obra especializada chineses. Em 1861, A. Marques Pereira, superintendente da emigração chinesa de Macau, esclarecia que os chineses de Díli constituíam a parte mais útil da população local<sup>23</sup>. Para além de dominarem o pequeno e médio comércio retalhista, assim como parte significava das exportações, os chineses eram também procurados como pedreiros e carpinteiros que não se conseguiam recrutar entre a população nativa<sup>24</sup>. Ainda na década de 1860, o capitão de uma embarcação portuguesa em visita a Díli exornou a comunidade chinesa local que seria a única a realizar comércio, a construir e a trabalhar. Sublinhe-se igualmente que, após o dramático incêndio reduzindo Díli praticamente a cinzas, em Agosto de 1866, a cidade foi reconstruída com ajudas públicas e privadas de Macau, entre as quais se contava uma generosa contribuição dos chineses do enclave sob administração portuguesa<sup>25</sup>. Esta especialização social e comercial das comunidades chinesas de Macau em Timor foi sendo mantida sem grandes alterações até à descolonização de 1974-75, alterando-se com a ocupação indonésia e estes anos debutantes de independência, marcados por uma atracção de outros grupos mercantis chineses agora vindos maioritariamente da Indonésia.

Descobre-se também ao longo do período oitocentista algum esforço em procurar pensar a partir

## RELAÇÕES HISTÓRICAS MACAU – TIMOR-LESTE

de Macau a situação económica de Timor. Em 1817, o ouvidor Miguel de Arriaga reflectiu sobre as consequências da decadência do comércio dominante do sândalo, propondo que Timor passasse a desenvolver a cultura do algodão e sugerindo, no ano seguinte, a criação de sociedades comerciais e a introdução da cana-de-açúcar<sup>26</sup>. Alguns anos mais tarde, em 1823, novo ouvidor de Macau suscita à Secretaria da Marinha e Ultramar do reino o envio de um naturalista a Timor e às pequenas ilhas adjacentes para estudar as condições de fixação da população e as suas potencialidades produtivas. Esta discussão chega nas décadas de 1820 e 1830 às principais instituições políticas macaenses, sobrevivendo documentalmente vários apelos remetidos ao Leal Senado para enviar agricultores chineses para Timor. Pouco depois, são as próprias autoridades ultramarinas metropolitanas que, em 1837, solicitam a colonização agrícola de Timor por chineses através da Caixa Pública de Macau. Estas reflexões multiplicam-se nos anos finais do século XIX na imprensa civil e católica macaense que, na viragem do século, beneficia com a disseminação de uma rede de transportes a vapor nos mares do Sul da China e nos mares indonésios permitindo acelerar os ritmos da lenta ligação entre Macau e Timor.

A partir de 1891, a ligação marítima directa entre Macau e Timor foi atribuída por contrato à companhia Eastern & Australian Steam Ship Company Ltd., mas o tráfico acabou dominado pela holandesa Koninklijke Paketvaart Maatschappij, assegurando comunicações marítimas mensais a Surabaia e quinzenais a Macaçar com escalas em Díli<sup>27</sup>. Na década de 1930, a imprensa portuguesa e inglesa sediada tanto no território macaense como em Hong Kong começa a anunciar com regularidade sazonal uma nova ligação Macau-Timor, oferecendo embarcações a vapor que organizavam uma rápida “Macao Timor Line”, alcançando Díli através de Singapura, Batávia e Surabaia. Com o apoio do Banco Nacional Ultramarino, convidam-se os exportadores locais a desenvolver intercâmbio comercial com Timor, aceitando-se as mercadorias em consignação, permitindo o pagamento do frete marítimo apenas depois das mercadorias serem vendidas na colónia portuguesa<sup>28</sup>. A própria agência do BNU tratava de esclarecer as condições comerciais desta ligação, os produtos que se podiam vender em Timor, assim como os que aí tinha interesse importar com vantagens. Mais ainda, o ramo macaense do Banco Nacional Ultramarino prometia

“abatimentos excepcionais” nas viagens dos comerciantes estabelecidos em Macau que desejassem visitar a parte portuguesa da ilha timorense, convite que estendia com generosos descontos a grupos, colégios, excursionistas ou desportistas. A linha não teve sucesso e, desde 1938, são os armadores japoneses que passam a assegurar viagens regulares a Surabaia e a Palau, no Pacífico, oferecendo tarifas bastante mais baixas para a sua escala em Díli. Apesar destes investimentos marítimos, as relações económicas entre Macau e Timor prolongaram uma ligação comercial pouco rentável que, não convocando investimentos financeiros significativos, se quedava pela referida presença de comerciantes macaenses chineses explorando, sobretudo em Díli, o pequeno e médio comércio retalhistas.

## RELAÇÕES RELIGIOSAS E MISSIONÁRIAS

Apesar da estreita dependência da generosidade dos comerciantes macaenses que a vaga soberania portuguesa exercida por alguns escassos representantes oficiais sempre manteve em Timor, somente em 1874, pelo documento pontifício *Universis Orbis Ecclesiis*, passou o território timorense para a jurisdição eclesiástica da diocese de Macau<sup>29</sup>. Isto não significa que os prelados macaenses não tenham anteriormente dirigido alguma atenção eclesiástica e missionária para o território de Timor e ilhas adjacentes. Em 1777, por exemplo, o bispo de Macau, D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães, escreveu uma carta violenta atacando o segundo governador de Díli com acusações graves de comportamento escandaloso que, somadas a outras arbitrariedades, obrigaram as autoridades de Goa a enviá-lo para o degredo em Moçambique<sup>30</sup>. Em 1814, uma decisão régia decidiu promover uma escola de formação religiosa na casa dos dominicanos de Macau para cinco religiosos a enviar para as missões de Timor<sup>31</sup>. Apesar destes esforços, quando o território se integra no bispado macaense, a situação missionária e eclesiástica em Timor era pouco mais do que miserável, não existindo desde 1834 quaisquer missionários, ao mesmo tempo que a Igreja local era acusada em Macau de se render completamente às superstições indígenas. Por isso, ainda em 1874, o padre António Joaquim de Medeiros, reitor do seminário de S. José de Macau e futuro bispo, foi nomeado visitador com o objectivo de restaurar as missões timorenses<sup>32</sup>. Apesar da falta de apoio do governo colonial local, chegaram, em 1877, a Díli sete missionários

## MACAO – EAST TIMOR HISTORIC RELATIONS

européus, mais dois sacerdotes vindos de Macau, incluindo o próprio padre Medeiros. Neste grupo, descobre-se um missionário chinês natural de Cantão que se dedicou a catequizar os jovens chineses e a comunidade chinesa de Díli. Ao longo de uma década, o padre António de Medeiros e os novos missionários ergueram uma estação agrícola a sul da capital, criaram o colégio jesuíta de Soibada e uma escola em Lahane, educando os filhos dos *liurai* para serem futuros funcionários da administração colonial e, em alguns casos, futuros catequistas<sup>33</sup>.

Estabelecidas em Macau desde 1874, as canossianas são também convidadas a trabalhar em Timor<sup>34</sup>. Em 1878, partem para Díli as madres Adelaide Pietra, Isabel Sequeira e Júlia, mas a sua embarcação viria a naufragar, obrigando ao seu forçado regresso a Macau<sup>35</sup>. No ano seguinte, ganham Timor, sendo calorosamente acolhidas pelo governador local e pelo superior das missões, mas encontraram-se, contudo, obrigadas a residir em casas particulares nas áreas pantanosas de Díli em difíceis condições higiénicas. O início da actividade religiosa e educativa das madres canossianas mostrou-se especialmente complicado, recusando-se os habitantes da capital de Timor a entregar-lhes as suas filhas, o que, na documentação das religiosas, foi atribuído naturalmente à “superstição”. Apenas ao fim de cinco anos do que as canossianas definiram como “luta com os costumes e o clima” conseguiram aceder a um edifício minimamente aceitável para a sua obra. Mais tarde, com o apoio do bispo António Medeiros e do governador do território foi possível construir instalações missionárias qualificadas<sup>36</sup>. Em 1897, a obra canossiana alarga-se com a abertura de nova residência missionária em Manatuto, oferecendo uma obra educativa que se alargaria até aos primeiros anos do século XX.

As actividades missionárias diminuíram drasticamente após a implantação da República, esclarecendo nesta época o bispo de Macau, D. João Paulino de Azevedo e Castro, que as escolas missionárias estavam quase completamente abandonadas, enquanto as religiosas canossianas se tinham mudado para Malaca, Macau ou Singapura. Os esforços religiosos começam lentamente a recrudescer a partir de 1920, apoiados na enérgica acção do bispo de Macau e Timor, D. José da Costa Nunes, apesar dos missionários não excederem, em 1938, o escasso número de 20<sup>37</sup>. Por esta época, um texto publicado no *Boletim Eclesiástico de Macau* por um missionário em serviço em Soibada permite sublinhar

que o problema fundamental da missão timorense era a relação conflituosa com as culturas consuetudinárias locais, etnocentricamente arrumadas na classificação menor de “superstições”, mais do que a escassez de quadros e equipamentos<sup>38</sup>. Algumas missões, paróquias e obras católicas foram lentamente frutificando, permitindo sustentar a decisão papal que, pela bula *Solemnibus Conventionibus*, publicada em 4 de Setembro de 1940, separou a diocese de Díli da de Macau, nomeando primeiro administrador apostólico monsenhor Jaime Garcia Goulart<sup>39</sup>.

Visitam-se ainda em Macau vários trabalhos que, entre ensaio e polémica política, procuram estudar o território colonial timorense. Em 1844, no jornal *Aurora Macaense*, um texto anónimo investiga as divisões étnico-políticas de Timor, destacando a oposição Servião-Belu e a expressão territorial do poder português, holandês e *topasse* no período subsequente à instalação da capital em Díli, em 1769<sup>40</sup>. O estudo ilumina o sistema de alianças do colonialismo português, estendendo-se pelo litoral norte até Batugadé e penetrando em Atsabe e Maubisse, para leste em direcção a Ermera e Liquiçá, para oeste alcançando Hera e Vermasse, conseguindo mesmo aliados na fronteira com o Servião em Balibó. Este artigo discute também a prática persistente de enviar para Timor os piores condenados e criminosos, sugerindo uma colonização com gentes e missionários mais qualificados. Defende ainda o texto a restauração das missões de Solor e Larantuca, praticamente abandonadas, e um forte empenho de Macau no fomento comercial, na agricultura, emigração e construção naval de Timor. Estas ideias, entre fomento agrícola e missão civilizadora, espalham-se por muitos jornais, revistas e boletins publicados em Macau, mas parece não terem produzido mais do que algumas ideias generosas que, entre ideários coloniais e utopias românticas, se podem mesmo frequentar nos textos sobre Timor de responsáveis políticos e intelectuais que, como Bento da França<sup>41</sup> ou Jaime do Inso<sup>42</sup>, mantiveram estreita ligação à cultura e sociedade de Macau. Apesar destes ideários e reflexões, Timor Oriental foi permanecendo demoradamente como a mais abandonada colónia de Portugal, um tema que começaria a concitar a mobilização política dos nacionalistas timorenses desde finais da década de 1960 para, depois de uma demorada resistência, levantar agora com “sangue, suor e lágrimas” um estado-nação independente que voltou a chamar-se República Democrática de Timor-Leste. **RC**

## RELAÇÕES HISTÓRICAS MACAU – TIMOR-LESTE

## NOTAS

- 1 *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, ed. de Armando Cortesão. Coimbra: Acta Universitatis Conimbragensis, 1978.
- 2 José Manuel Garcia & Ivo Carneiro de Sousa, *Discussing the First Portuguese Maps with Philippines (1512-1575)*. [s.l.]: CEPESA, 2005, p. 30, fig. 8.
- 3 Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Ed. Presença, 1982, vol. II, pp. 209-210.
- 4 Roderik Prak, “O transporte do sândalo para Macau e para a China durante a dinastia Ming”, in *Revista de Cultura*, n.º 1, Macau, 1987, pp. 36-45. Seguimos também o sumário geral organizado por Ruy Cinatti, *Esboço Histórico do Sândalo no Timor Português*. Lisboa: Junta de Investigações Coloniais, 1950.
- 5 Rui Manuel Loureiro, “Tomé Pires: boticário, tratadista e embaixador”, in *Os Fundamentos da Amizade: Cinco Séculos de Relações Culturais e Artísticas Luso-Chinesas*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 1999, pp. 42-47.
- 6 Utilizámos a edição de Maria Augusta da Veiga e Sousa em *Livro do que Viu e Ouviu no Oriente Duarte Barbosa*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 80. Veja-se ainda, da mesma autora, a edição crítica oferecida em *O Livro de Duarte Barbosa*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1996.
- 7 Seguimos e resumimos Ivo Carneiro de Sousa, “Timor Leste desde muito antes dos Portugueses até 1769”, in *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, número especial, Vila Nova de Gaia, 1998, pp. 5-22.
- 8 Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães: A Sua Vida e a Sua Viagem*. Lisboa: Seara Nova, 1938, vol. II, p. 192.
- 9 Uma das principais fontes para a história da actividade religiosa dos dominicanos em Timor, Solor e outras ilhas adjacentes encontra-se em Miguel Rangel, *Relaçam das Christandades e Ilhas de Solor*. Lisboa: Lourenço Craesbeeck, 1635, fls. 21-35v. Este texto foi editado em Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958, vol. V, pp. 318-346. Cf. também as principais crónicas dominicanas de Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, 2 vols. (ed. M. Lopes Almeida). Porto: Lello & Irmão, 1977, e Fr. João dos Santos, *Etiópia Oriental*, 2 vols. (ed. Luís Albuquerque & Maria da Graça Pericão). Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- 10 Fernando Figueiredo, “Timor”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, vol. III, pp. 708-715. Cf. C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na Época da Restauração 1640-1668*. Macau: Escola Tipográfica do Orfanato Salesiano, 1940; C. R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente*. Macau: Fundação Oriental/Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990.
- 11 George Brian de Souza, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*. Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1991, pp. 124-135.
- 12 José de Aquino Guimarães e Freitas, *Memória sobre Macádo*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1828.
- 13 Afonso de Castro, *Notícias dos Usos e Costumes dos Povos de Timor*. Lisboa: 1863; Afonso de Castro, *As Possessões Portuguesas na Oceânia*. Lisboa: 1867.
- 14 Maria Johanna Schouren, “Apart and together: the Portuguese and the Dutch as neighbours in and around Timor in the nineteenth century”, in Ivo Carneiro de Sousa & R. Z. Leirissa, *Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship*. Lisboa: CEPESA, 2001, pp. 201-212.
- 15 René Pélissier, *Timor en Guerre. Le Crocodile et les Portugais (1847-1913)*. Orgeval: Pélissier, 1996.
- 16 Michel Cahen & Ivo Carneiro de Sousa (eds.), *Timor: Les défis de l'indépendance*. Paris: Khartala, 2001.
- 17 C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na Época da Restauração 1640-1668*; C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: a Portuguese merchant-adventurer in South East Asia, 1624-1667*. Gravenhage: Martinus Nijhoff, Verhandelingen van het Koninklijk Instituut voor Taal-Land en Volkenkunde, 52, 1967; C. R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente*; Geoge Brian de Souza, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, pp. 124-135.
- 18 C. R. Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na Época da Restauração 1640-1668*.
- 19 Souza, *op. cit.*, pp. 158-160.
- 20 Souza, *op. cit.*, pp. 158-160.
- 21 Fernando Figueiredo, “Timor”, in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. III, pp. 708-715.
- 22 Fernando Figueiredo, *op. cit.*, pp. 710-715.
- 23 Arquivo Histórico de Macau, *Administração Civil*, pasta 30-27.
- 24 Arquivo Histórico de Macau, *Administração Civil*, pasta 30-27.
- 25 Arquivo Histórico de Macau, *Administração Civil*, pasta 30-27.
- 26 José de Aquino Guimarães e Freitas, *op. cit.*, pp. 70-71. Cf. Manuel Teixeira, *Miguel de Arriaga*. Macau: Imprensa Nacional, 1966.
- 27 *The Macao Review*, September 1930, p. 99.
- 28 *The Macao Review*, November-December 1930, p. 158.
- 29 Manuel Teixeira, *Bispos e Governadores do Bispado de Macau*. Macau: Imprensa Nacional, 1940.
- 30 Manuel Teixeira, *Missões de Timor*. Macau: Tipografia da Missão do Padroado, 1974.
- 31 Manuel Teixeira, *IV Centenário dos Dominicanos em Macau: 1587-1987*. Macau: Fundação Macau, 1987.
- 32 Manuel Teixeira, *D. António Joaquim de Medeiros, Apóstolo de Timor*. Bragança: [s.n.], 1989.
- 33 Francisco Maria Fernandes, *D. António Joaquim de Medeiros (Bispo de Macau) e as Missões de Timor. 1884-1897*. Macau: Universidade de Macau, 2000.
- 34 Manuel Teixeira, *As Canossianas na Diocese de Macau: I Centenário (1874-1974)*. Macau: Tipografia da Missão do Padroado, 1974. Sep. de *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*.
- 35 *Ta-Ssi-Yang-Kuo. Archivos e Annaes do Extremo-Oriente Portuguez* coligidos, coordenados e anotados por J. F. Marques Pereira. Lisboa, vol. 1, 1899, p. 77.
- 36 João Gomes Ferreira, “Relatório do Superior da Missão de Timor”, in *Annaes das Missões Ultramarinas*, (Lisboa), ano I, 1889, pp. 74-84.
- 37 Arquivo Histórico de Macau, *Administração Civil*, pasta 30-27. Cf. José da Costa Nunes, “Padroado Português no Extremo-Oriente”, in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Nov. 1929, 53, pp. 40-45.
- 38 M. M. Variz, “Portugal e as Missões de Timor”, in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (Macau), ano XXXIV, n.º 394, Janeiro de 1937, pp. 495-502.
- 39 Rowena Lennox, *Fighting Spirit of East Timor. The Life of Martinho da Costa Lopes*. Londres / Nova Iorque: Zed Books, 2000, pp. 23-24, 28, 32 e 71.
- 40 *A Aurora Macaense*, 1844, II, pp. 2-3.
- 41 Bento da França, *Macau e os seus Habitantes: Relações com Timor*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- 42 Jaime do Inso, *Timor, 1912*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1939.